



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 100,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA		Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 183/14:

Nomeia Henrique Futy para o cargo de Conselheiro do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, para Região Militar de Cabinda.

Despacho Presidencial n.º 147/14:

Aprova o Projecto de Construção da Subestação de 60/15 KV da Samba, bem como a minuta de Contrato de Empreitada para a Construção da mesma, a ser celebrado entre o Ministério da Energia e Águas e a Empresa CME — Construções, Manutenção e Electromecânica (Angola) SARL, no valor global de Kz: 2.021.702.960,00, e autoriza o Ministro da Energia e Águas a celebrar o referido contrato.

Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas

Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 26/14:

Promove Henrique Futy ao grau militar de General.

Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 27/14:

Gradua os Oficiais da Polícia Nacional ao Posto de Comissário, Alfredo Sebastião Francisco, Conselheiro do Comandante Geral da Polícia Nacional, Aristófares Cardoso Vila dos Santos, Chefe de Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional, José Carlos Cunha da Piedade, Chefe de Gabinete de Estudo e Regulamentação da Polícia Nacional e Armindo Feliciano Aurélio, Consultor do Ministro do Interior e ao Posto de Subcomissário Rodrigo Dala Chimbo, Chefe de Gabinete do 2.º Comandante Geral da Polícia Nacional e António Manuel do Rosário Mendes da Silva, Chefe-Adjunto de Departamento Nacional de Saúde da Polícia Nacional.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1471/14:

Subdelega plenos poderes à Octávio Tombe Quimbuila Capita, Director Nacional de Recursos Humanos, para representar este Ministério na assinatura do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, adstrito à Direcção Nacional do Património do Estado, com Ivanilson Jurandir da Silva Neto Trindade.

Despacho n.º 1472/14:

Subdelega plenos poderes à Octávio Tombe Quimbuila Capita, Director Nacional de Recursos Humanos, para representar este Ministério na assinatura do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, adstrito ao Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, com Nicolau Cabedi André Afonso.

Despacho n.º 1473/14:

Adopta, para a aquisição das Estantes Rolantes para o apetrechamento do depósito, constituído para o arquivo, num dos Pavilhões do Centro de Logística Viana Park, no Município de Viana, Província de Luanda, o Concurso Limitado Sem Apresentação de Candidaturas e nomeia a Comissão de Avaliação com o objectivo de conduzir o procedimento relativo à aquisição das Estantes Rolantes, presidida e coordenada por Joaquim Francisco Tavares.

Despacho n.º 1474/14:

Adopta, para a aquisição de bens de Consumo Corrente para a Estrutura Central, o Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas e nomeia a Comissão de Avaliação com o objectivo de conduzir o Procedimento relativo à aquisição de Bens de Consumo Corrente, presidida e coordenada por Américo António de Carvalho.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 183/14 de 29 de Julho

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março, de Defesa Nacional e das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o seguinte:

Nomear o Oficial General abaixo indicado:

1. O General (NIP 48174793) Henrique Futy, para o cargo de Conselheiro do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas para Região Militar de Cabinda.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Julho de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 147/14
de 29 de Julho

Considerando a necessidade de se melhorar as condições de exploração e expansão dos serviços de distribuição de energia à Cidade de Luanda;

Tendo em conta que a construção da Subestação de 60/15 KV da Samba visa proporcionar estas melhorias;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É aprovado o Projecto de Construção da Subestação de 60/15 KV da Samba, bem como a minuta de Contrato de Empreitada para a Construção da mesma, a ser celebrado entre o Ministério da Energia e Águas e a empresa CME — Construções, Manutenção e Electromecânica (Angola) SARL, no valor global de Kz: 2.021.702.960,00 (dois biliões, vinte e um milhões, setecentos e dois mil, novecentos e sessenta Kwanzas).

2.º — É autorizado o Ministro da Energia e Águas a celebrar o Contrato acima referido.

3.º — O Ministro das Finanças deve assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

4.º — As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Julho de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

**COMANDANTE-EM-CHEFE DAS
FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**

Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 26/14
de 29 de Julho

O Presidente da República determina, nos termos da alínea e) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o seguinte:

Promover ao grau militar de General o Oficial abaixo indicado:

1. O Tenente General (NIP 48174793) Henrique Futy.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Julho de 2014.

O Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas,
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 27/14
de 29 de Julho

O Presidente da República determina, nos termos da alínea h) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com as alíneas c) e d) do ponto A do n.º 1 do artigo 3.º e da alínea a) do artigo 4.º da Lei n.º 9/08, de 2 de Setembro — que regula os Postos e Distintivos da Polícia Nacional;

Ouvido o Conselho de Segurança Nacional;
Determina:

São graduados os Oficiais da Polícia Nacional abaixo indicados:
Ao Posto de Comissário:

1. O Subcomissário Alfredo Sebastião Francisco, Conselheiro do Comandante Geral da Polícia Nacional;
2. O Subcomissário Aristófares Cardoso Vila dos Santos, Chefe de Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional;
3. O Subcomissário José Carlos Cunha da Piedade, Chefe de Gabinete de Estudo e Regulamentação da Polícia Nacional;
4. O Subcomissário Armindo Feliciano Aurélio, Consultor do Ministro do Interior.

Ao Posto de Subcomissário:

1. O Superintendente-Chefe Rodrigo Dala Chimbo, Chefe de Gabinete do 2.º Comandante Geral da Polícia Nacional;
2. O Superintendente-Chefe António Manuel do Rosário Mendes da Silva, Chefe-Adjunto de Departamento Nacional de Saúde da Polícia Nacional.

Publique-se.

Luanda, aos 14 de Julho de 2014.

O Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas,
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1471/14
de 29 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, e do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, determino:

1. São subdelegados, ao Director Nacional de Recursos Humanos, Octávio Tombe Quimbuila Capita, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, adstrito à

Direcção Nacional do Património do Estado com Ivanilson Jurandir da Silva Neto Trindade.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a validade e eficácia do referido acto está sujeito à homologação do Ministro das Finanças.

3. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 17 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1472/14
de 29 de Julho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, e do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio, determino:

1. São subdelegados ao Director Nacional de Recursos Humanos, Octávio Tombe Quimbuila Capita, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, adstrito ao Gabinete de Estudos e Relações Internacionais com Nicolau Cabedi André Afonso.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a validade e eficácia do referido acto está sujeito à homologação do Ministro das Finanças.

3. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 21 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1473/14
de 29 de Julho

Considerando que o Ministério das Finanças da República de Angola pretende adquirir Estantes Rolantes para o apetrechamento do depósito, constituído para o arquivo, num dos Pavilhões do Centro de Logística Viana Park, no Município de Viana, Província de Luanda;

Considerando a competência conferida ao órgão para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, nos termos do disposto nos artigos 31.º e 34.º e do Anexo II n.º 1, alínea a), todos da Lei da Contratação Pública;

Considerando que se torna necessária a formalização da decisão de contratar, prevista no artigo 31.º da Lei da Contratação Pública, por parte do Ministério das Finanças, para que se adopte o referido procedimento de contratação pública;

Considerando, ainda, que nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei da Contratação Pública, aprovada pela Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, a condução dos procedimentos de contratação deve ser feita por uma Comissão de Avaliação, pelo que se torna imperativa a sua constituição;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É adoptado, para a aquisição das Estantes Rolantes para o apetrechamento do depósito, constituído para o arquivo, num dos Pavilhões do Centro de Logística Viana Park, no Município de Viana, Província de Luanda, o Concurso Limitado Sem Apresentação de Candidaturas, previsto nos artigos 59.º e seguintes da Lei da Contratação Pública.

2. A escolha deste procedimento justifica-se pelo valor autorizado para a despesa da presente aquisição ser superior ao constante no nível 2 e inferior ao nível 8 do Anexo I da Lei da Contratação Pública, por remissão do disposto no artigo 25.º, alínea b), dessa mesma Lei.

3. É nomeada a Comissão de Avaliação com o objectivo de conduzir o procedimento relativo à aquisição das Estantes Rolantes, constituída por:

- a) Joaquim Francisco Tavares, Técnico Superior de 2.ª Classe, na qualidade de Presidente;
- b) Suzana Violeta Caiela Martelo, Técnica Superior de 2.ª Classe — 1.º Vogal; e
- c) Ciro O. Napoleão Lemos, Técnico Superior de 2.ª Classe — 2.º Vogal.

4. A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

- I) Receber as Propostas;
- II) Apreciar as mencionadas Propostas;
- III) Elaborar relatórios de apreciação e análise das Propostas apresentadas;
- IV) Conduzir o Concurso e os vários actos por ele integrados;
- V) Elaborar as várias Propostas de decisão quanto às Propostas e Adjudicação do Concurso a ser apresentada ao Ministério das Finanças da República de Angola;
- VI) Verificar a validade e a legalidade de todos os actos praticados no âmbito do Concurso.

5. O Presidente da Comissão ora criada exercerá as funções de Coordenador da mesma.

6. A Comissão extinguir-se-á logo que esteja concluído o procedimento de Concurso Público para o qual foi criada.

7. As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

8. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 1474/14
de 29 de Julho

Considerando que o Ministério das Finanças da República de Angola pretende adquirir Bens de Consumo Corrente para os Serviços da Estrutura Central;

Considerando a competência conferida ao órgão para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, nos termos do disposto nos artigos 31.º e 34.º do Anexo II, n.º 1, alínea a), todos da Lei da Contratação Pública;

Considerando que se torna necessária a formalização da decisão de contratar, prevista no artigo 31.º da Lei da Contratação Pública, por parte do Ministério das Finanças, para que se adopte o referido procedimento de contratação pública;

Considerando, ainda, que nos termos do disposto no artigo 41.º da Lei da Contratação Pública, aprovada pela Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, a condução dos procedimentos de contratação deve ser feita por uma Comissão de Avaliação, pelo que se torna imperativa a sua constituição;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É adoptado, para a aquisição de Bens de Consumo Corrente para a Estrutura Central, o Concurso Limitado sem Apresentação de Candidaturas, previsto no disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei da Contratação Pública.

2. A escolha deste procedimento justifica-se pelo valor autorizado para a despesa da presente aquisição ser superior

ao constante no nível 2 e inferior ao nível 8 do Anexo I da Lei da Contratação Pública, por remissão do disposto no artigo 25.º, alínea b), dessa mesma Lei.

3. É nomeada a Comissão de Avaliação com o objectivo de conduzir o procedimento relativo à aquisição de Bens de Consumo Corrente, constituída por:

a) Américo António de Carvalho, Técnico de 3.ª Classe, na qualidade de Presidente;

b) Serafina S.R.F. Bendinha, Assessora Principal — 1.º Vogal; e

c) Suzana Violeta Caielo Martelo, Técnica Superior de 2.ª Classe — 2.º Vogal.

4. A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

I) Receber as Propostas;

II) Apreciar as mencionadas Propostas;

III) Elaborar relatórios de apreciação e análise das Propostas apresentadas;

IV) Conduzir o Concurso e os vários actos por ele integrados;

V) Elaborar as várias Propostas de decisão quanto às Propostas e Adjudicação do Concurso a ser apresentada ao Ministério das Finanças da República de Angola; e

VI) Verificar a validade e a legalidade de todos os actos praticados no âmbito do Concurso.

5. O Presidente da Comissão ora criada exercerá as funções de Coordenador da mesma.

6. A Comissão extinguir-se-á logo que esteja concluído o procedimento de Concurso Público para o qual foi criada.

7. As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

8. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Julho de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.